

Conselhos Municipais de Políticas Públicas e Trajetórias Políticas – Região Metropolitana de Porto Alegre

Autora: Carolina Sayão Lobato Coppetti – Bolsista BIC/FAPERGS

Orientadora: Soraya Vargas Côrtes – Professora Associada do Departamento de Sociologia/UFRGS

Pesquisa integrante do projeto “Conselhos municipais de políticas públicas: papel no contexto setorial e funcionamento”

Objetivo

Compreender a relação entre a estrutura institucional dos 31 Conselhos de Saúde e das 31 Comissões de Emprego da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), e as trajetórias profissional e política de seus respectivos conselheiros, a partir do referencial teórico bourdiano.

Metodologia

Análise de entrevistas semi-estruturadas realizadas com amostra de 92 conselheiros de Saúde e 70 de Emprego da RMPA.

Utilização do software de pesquisa qualitativa *Nvivo* e software quantitativo *BrOffice Calc*.

Estrutura Institucional

Comissões Municipais de Emprego

O fortalecimento dos conselhos municipais de emprego deu-se a partir de 1996, através do Plano Nacional de Qualificação Profissional (Planfor). O Planfor estabelecia o repasse de recursos para as esferas estaduais, que estariam orientadas a favorecer a participação de conselhos municipais (CÔRTEES, 2005; 2007). A composição dos conselhos é tripartite, sendo dividida entre empregados, empregadores e governo.

Conselhos Municipais de Saúde

A partir das Normas Operacionais Básicas do Ministério da Saúde (NOBs) de 1993 e 1996, praticamente todos os municípios do país aderiam a algum dos tipos de municipalização e neles foram criados conselhos municipais de saúde (CÔRTEES, 2005; 2007). A composição dos conselhos é bipartite, sendo metade das cadeiras para usuários e a outra metade, dividida entre prestadores de serviço, representantes do governo e profissionais de saúde.

Gráfico 1 – Setores de ocupação profissional pelos quais os conselheiros de emprego e de saúde da RMPA têm/tiveram inserção

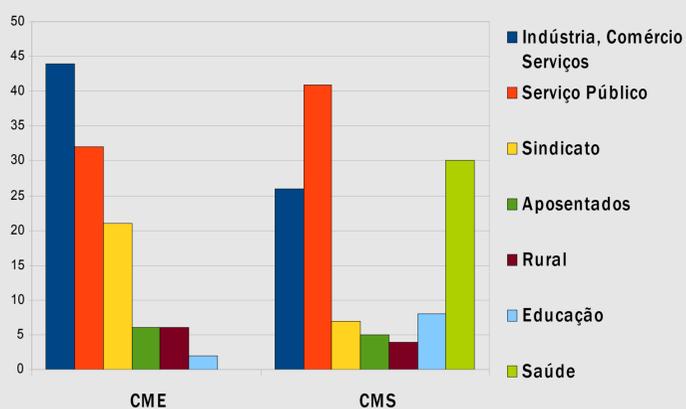
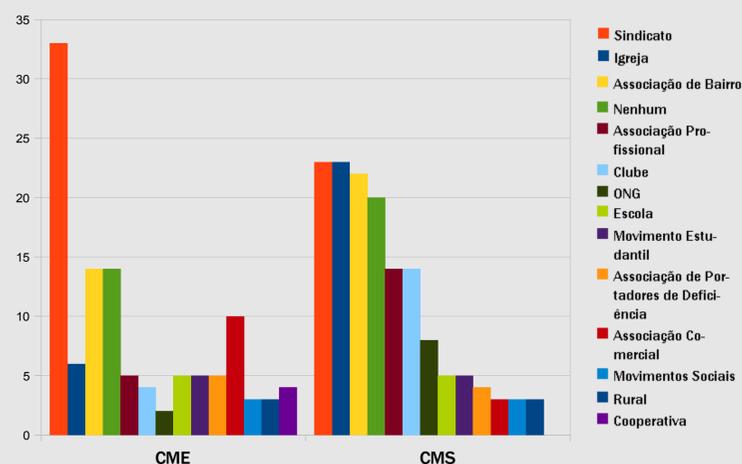


Gráfico 2 – Formas de associativismo aos quais conselheiros de emprego e de saúde da RMPA estão/estiveram envolvidos



Conclusões Parciais

A partir dos dados construídos, pode-se concluir que, embora o grau de estruturação dos dois conselhos seja bastante diferente, as trajetórias profissional e política predominantes indicam um padrão comum de setorialização e de envolvimento com sindicatos, associações de bairro e, mais intensamente nos CMS, com igrejas (formas históricas de participação política no Brasil). Além disso, a alta recorrência de agentes com passagem pelo setor público indica que os campos, embora tematicamente diversos, parecem “selecionar” um perfil similar de participantes. Pode-se atribuir este padrão ao fato de ambos serem parte de um mesmo espaço de disputa: o estatal.

Sobre a escolaridade da amostra entrevistada, é interessante observar que, no caso dos CMEs, a maior participação de agentes com baixo capital cultural não impediu que estes tivessem uma trajetória de relativo sucesso nos espaços públicos, o que pode ser pensado a partir de LAHIRE (2004), trazendo novas questões para o aprofundamento das discussões empíricas e teóricas.

Referências Bibliográficas

Bourdieu, P. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 224p., 2008.

Côrtes, S. M. V. *Arcabouço histórico-institucional e a conformação de conselhos municipais de políticas públicas*. Educar em Revista, Curitiba, v. 25, p. 143-174, 2005.

_____. *Normas federais e papel de conselhos municipais no contexto das políticas públicas setoriais: um estudo comparativo na Região Metropolitana de Porto Alegre*. XXXI Encontro da ANPOCS: Caxambu, 2007.

Lahire, B. *Retratos Sociológicos: disposições e variações individuais*. Porto Alegre: Artmed, 344p., 2004.